

As histórias recobridoras

quando o vivido não se transforma
em experiência

Tatiana Inglez-Mazzarella

Resumo Este artigo trata do estudo de alguns ditos que inviabilizam o esquecimento, tão necessário à perlaboração. Trata-se de histórias que se tornam repetitivas e obliterantes para o sujeito e que, por seu caráter de tamponamento, impossibilitam a criação de outras versões. Ao impedirem a passagem do vivido ao experienciado, essas narrativas dificultam a apropriação da herança.

Palavras-chave clínica psicanalítica; histórias recobridoras; recusa; luto; escuta testemunhal; experiência.

Tatiana Inglez-Mazzarella é psicanalista; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; professora do curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea e integrante do GTEP (Grupo de Transmissão e Estudo de Psicanálise); doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP; autora do livro *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações* pela Editora Escuta.

*Toda dor pode ser suportada se sobre ela
puder ser contada uma história.*
[Hannah Arendt]

No presente artigo, fruto de minha tese de doutorado¹, gostaria de debruçar-me sobre o trabalho com o dito, mais especificamente, com certo tipo *de história*, que é presente, estável e repetida excessivamente, fazendo-nos desconfiar de sua função, pois se torna obliterante. Elas tamponam algo, inviabilizando a criação de outras versões, sendo estas últimas imprescindíveis para que o sujeito se aproprie de sua herança. A essas construções narrativas darei o nome de histórias recobridoras, para diferenciá-las das que proponho como histórias encobridoras, com base no conceito freudiano de lembrança encobridora.

As histórias recobridoras são construções repletas de palavras, que impedem as amnésias necessárias à vida. O bom esquecimento pressupõe que “é preciso esquecer para poder viver”²; trata-se, portanto, de um esquecido que nos constitui. Sendo assim, que movimento é este em que se passaria de um não dito a um não poder parar de dizer? Por que a insistência “compulsiva”?

Essa insistência mostra o não cumprimento de um trabalho de simbolização, pelo menos em uma dimensão que permitisse, de algum modo, transformar a intensidade dos afetos, se é que isto se faz possível diante de situações catastróficas.

Qual seria o estatuto dessas construções? Será que podemos considerá-las como algo simbólico? Como elas operam impedindo o “bom esquecimento” freudiano?

¹ Tese de doutorado defendida em 2011, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Claudio Mendonça de Figueiredo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² M. Meiches, *A travessia do trágico em análise*, p. 94.



se a historicização é um processo fundamental de constituição do sujeito, por que algumas histórias se tornam obstáculos à singularização?

A epígrafe acima aponta na direção oposta da presente discussão, ou seja, para os efeitos elaborativos que têm as histórias, quando podem ligar a dor àquilo que foi vivido, transformando-a, assim, em uma experiência da qual o sujeito pode apropriar-se e diante da qual pode posicionar-se. A dor, por meio de tal processo, transforma-se em *pathos*; o *pathos*, por sua vez, em experiência. Para tanto, o testemunho é fundamental.

As histórias recobridoras e sua função de tamponamento

Comecei a perceber, por meio do atendimento de alguns analisandos, a existência de histórias ligadas à origem, assim como de histórias familiares, que funcionavam como destinos de pertencimento: eram histórias que, por causa de sua fixidez, dificultavam o trabalho de apropriação da herança e de construção e reconstrução de uma versão, ou de várias versões, de uma história própria. Quando havia essas histórias, as intervenções e interpretações do recalcado não eram suficientes. Passei, então, a refletir acerca da diferença entre elas e as histórias encobridoras nas quais há um velamento.

Surgiu-me, desse modo, a seguinte dúvida: se a historicização é um processo fundamental de constituição do sujeito, por que algumas histórias se tornam obstáculos à singularização?

Sabemos pela clínica e por produções culturais que o trabalho de elaboração inclui a feitura de versões, ou seja, pressupõe constantes construções, desconstruções e reconstruções daquilo que foi vivido. As histórias recobridoras,

são histórias que acabam por funcionar como tamponamento de questões traumáticas e que, portanto, falham em sua função de propiciar elaboração. Se suas construções foram uma tentativa de elaboração do trauma, a forma como circulam dificulta ou impede novas elaborações. É nesse sentido que as nomeio recobridoras, pois perdem a mobilidade de abertura inconsciente, que tem a formação de compromisso, e passam a ser elas próprias, muitas vezes, retraumatizadoras por si.

As histórias recobridoras, ao não deixarem espaço para novas interpretações e reelaborações, transformam-se na Verdade acerca daquele grupo familiar e de cada um de seus membros, pois providenciam uma forma de pertencimento e impedem o bom esquecimento freudiano.

Se, para esquecer, num primeiro momento, é preciso lembrar, o não poder esquecer se torna nas histórias recobridoras um imperativo. O evento traumático segue intensamente colorido e a temporalidade torna-se uma questão.

Gueller³, em sua tese de doutorado acerca da (a)temporalidade, lembra-nos que Freud concebe a memória pela via do esquecimento quando propõe que o inconsciente não pode ser pensado em termos de presença. A autora destaca que a análise e seus efeitos terapêuticos estão centrados na possibilidade de haver trâmite e esquecimento dos processos inconscientes. Contudo, para esquecer, é necessário primeiramente lembrar. Nesse sentido, propõe uma distinção entre o verdadeiro e o falso esquecimento.

O falso esquecimento refere-se à atualização do passado via retorno do recalcado; o verdadeiro, à obliteração terapêutica, que coloca o passado em seu devido lugar, deixando a lembrança despresentificada. O que promove a tramitação, segundo a autora, é a troca da descarga pela ligação, sendo tal conexão estabelecida com o pré-consciente, com as representações-palavra. A tramitação é considerada aqui como a responsável por promover a distinção entre o esquecimento patogênico e o terapêutico; consiste numa terapêutica capaz de despresentificar

a “lembrança”, tirando o presente de uma constante invasão pelo passado.

O trabalho na clínica com as histórias encobridoras passaria, então, pelo desfazimento de sua característica de “história fachada” ou “história véu”. Dessa forma, o esquecimento falso, que remete à lembrança na história encobridora, onde o recalque construiu uma fachada, mostraria seu núcleo genuíno. Assim, nas histórias encobridoras, estaríamos no campo, como nos propõe Gueller³, do sepultamento da sexualidade infantil em sua dimensão fundante do psiquismo.

A autora constrói, desse modo, uma argumentação que visa diferenciar o trabalho de análise realizado com adultos daquele efetuado com crianças. Em relação ao primeiro, o desvelamento é central, em face de um retorno do recalque que provoca angústia. Quanto ao segundo, como nas crianças o sepultamento da sexualidade infantil ainda não ocorreu, a angústia toma conta de tudo, conduzindo o analista para a direção do recalque.

Com base nessa diferenciação, proponho outra, ao considerar também o mecanismo de defesa. Se Gueller⁵ trabalha com a questão do recalque, discutindo inclusive sua importância ímpar para a estruturação psíquica do recalque originário, proponho pensar no acionamento da recusa como mecanismo de defesa em face da angústia advinda do traumático.

Tentarei, a partir de agora, articular história recobridora e recusa e, um pouco mais adiante, luto, em virtude da seguinte questão surgida da clínica: o que ocorre quando as histórias, supostamente construídas por meio da representação-palavra, falham em sua tarefa de promover o verdadeiro esquecimento?

Entendo que, para nos aproximarmos desse enigma, será preciso pensar em outra articulação

»»

vale então, ainda, a hipótese de existir uma “aparência simbólica”, pois se trata de uma base que não é a de velamento (véu) do recalque.

nos casos em que o “pôr em palavras” não funciona por si só como elemento de tramitação. Vale então, ainda, a hipótese de existir uma “aparência simbólica”, pois se trata de uma base que não é a de velamento (véu) do recalque.

Recalque e recusa

Para seguirmos na tarefa de diferenciação entre as histórias encobridora e recobridora, é imperioso retomar outra distinção, já há muito conhecida, aquela existente entre recalque (*Verdrängung*) e recusa (*Verleugnung*).

O recalque, como já discutido anteriormente, é um processo no qual se visa afastar e manter afastadas da consciência as ideias e representações ligadas às pulsões; aquelas, uma vez realizadas, tornar-se-iam fonte de desprazer em alguma instância psíquica. O recalque, constitutivo do núcleo do inconsciente, é ainda responsável pela própria origem deste, ao separá-lo do resto do psiquismo.

É por meio desse núcleo originário que o recalque⁶ propriamente dito (recalque *a posteriori*) ocorre. O recalque originário fixa a pulsão nos representantes, que são mantidos fora da consciência; assim, funciona como polo de atração para aquilo que se refere a esses representantes, para aquilo que será preciso manter recalqueado. Simultaneamente a essa atração, há uma repulsa, que coloca em operação o recalque *a posteriori*.

Freud define ainda um terceiro momento do recalque, a saber: o retorno do recalqueado. As histórias encobridoras funcionam assim como o sonho, o sintoma, o lapso e o ato falho, como

3 A.S. de Gueller, *Sobre a (a)temporalidade: os paradoxos do tempo no pensamento freudiano e sua incidência nos processos de constituição psíquica*.

4 A.S. de Gueller, *Vestígios do tempo – Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*.

5 Gueller, *Vestígios do tempo...*, op. cit.

6 Tomo neste texto os termos recalque e recalqueamento como sinônimos.



*as histórias recobridoras
constroem-se como tentativa fracassada
de articulação por meio da recusa
e da conseqüente clivagem do eu*

formação de compromisso entre os elementos recalçados e a defesa.

Para melhor explicar as histórias recobridoras, teremos que recorrer a outro mecanismo de defesa. Passemos, então, à recusa. Esse termo foi utilizado por Freud, pela primeira vez, em 1923, para caracterizar um mecanismo de defesa por meio do qual é efetuado o reconhecimento da realidade de uma percepção negativa, e, ao mesmo tempo, ela é recusada. Reconhecimento e recusa do reconhecimento passam a conviver, ou melhor, a coexistir como duas realidades contraditórias não conflitivas, o que acarreta a clivagem do eu como forma de sustentação dessa coexistência⁷.

Como ressalta Penot⁸, na recusa há uma indecisão no sentido da representação, ou seja, uma suspensão do julgamento. Ao abolir o sentido, a recusa diferencia-se do recalçamento, já que o recalçado é aquilo que, justamente, ao manter uma ligação com um sentido inadmissível para a consciência, precisa ser apartado. A recusa, como nos propõe Figueiredo⁹, não permite que aquilo que foi percebido e armazenado leve a uma tomada de decisão, a um posicionamento do sujeito.

Penot¹⁰ e Figueiredo¹¹ lembram-nos de que a recusa é parte do processo de constituição, não tendo qualquer consequência patológica na primeira infância. A problemática surge a partir do momento em que a recusa torna-se uma posição duradoura que funciona como “[...] uma operação psíquica pela qual é mantido um não investimento específico em certas representações do mundo exterior, através da retirada de sua possível significação”¹². Diferentemente do recalque, não é a representação que se apaga, mas sim o valor simbólico dessa representação.

Como resultado da recusa ocorre a interrupção de um processo, o que acaba por eliminar a “eficiência transitiva de um de seus elos”¹³. Octave Manonni resume no seguinte enunciado: “eu sei, mas mesmo assim...”. O que não ocorre, o que está impedido é uma inferência advinda do que foi percebido. Nesse sentido, preserva-se uma posição subjetiva fixa, inalterável, que desmente o percebido, conforme ressalta Figueiredo¹⁴.

No que concerne ao efeito da recusa para o pensamento, Penot¹⁵ sublinha:

Como Freud destacou, por muitas vezes, o fenômeno da recusa-clivagem não consiste em apagar esta ou aquela representação desagradável do campo da consciência como faz o recalçamento¹⁶. Pelo contrário, é a significação particular, que nela está implicada, que permanecerá “invalidada” no jogo da mentalização. [...] Elas logo se manifestam, ao contrário, como pontos de interrupção, de não-passagem, da atividade de pensamento. Estas representações não admitidas são o lugar de uma *condensação* ambígua, que confronta o sujeito com uma vivência traumática, conotada geralmente pela estranheza [...].

É aqui que localizo as histórias recobridoras. Assim como as histórias encobridoras são narrativas que funcionam como formação de compromisso por meio do recalque, as histórias recobridoras constroem-se como tentativa fracassada de articulação por meio da recusa e da conseqüente clivagem do eu. A recusa é, então, o que testemunha o fracasso do recalçamento, pois, como nos lembra Penot¹⁷, não ocorre o enlace entre o registro da sensação ou da representação formal e o representante da linguagem. Há uma importante falha no que se refere à capacidade simbólica, afetando, conseqüentemente, a perla-boração do traumático.

Nas histórias recobridoras, a narrativa se constitui essencialmente por meio da abolição simbólica, pois tanto o sentido quanto o julgamento encontram-se suspensos. Considerando esse aspecto, vale lembrar que estamos diante de uma importante dificuldade em lidar com a ausência. Isso faz da história recobridora uma forma



capaz de reiterar a presença em estado bruto, ou seja, de ratificar a presença do traumático de um modo não passível de metáfora; trata-se de algo que efetivamente é difícil de ser pensado e que resiste a entrar na cadeia significante.

A história recobridora, embora seja feita de palavras, vive um estado de coisificação, justamente por estar apartada, por ter sido isolada, de modo violento, pela recusa, recusa esta que impede o caráter transitivo de uma percepção. Vem daí o caráter de fixidez das histórias recobridoras.

Em relação a esse aspecto, explicita Figueiredo:

Nos lugares vacantes, abertos por essas falhas autoproduzidas, criam-se os excessos imagéticos, as pseudopercepções, as lembranças recorrentes, os relatos imutáveis em que um certo saber se erige como um obstáculo quase intransponível aos processos de transformação¹⁸.

E eu acrescentaria: nesses lugares vacantes abertos pela recusa, criam-se as histórias recobridoras, nas quais o que está em jogo é a dificuldade de simbolização da ausência, num traumático que se perpetua pela própria forma de historicização, ou, mais precisamente, de pseudo-historicização.

Quando Freud menciona os fenômenos da inquietante estranheza¹⁹ apenas no retorno do recalado, ele exclui as figuras de retorno da recusa e da rejeição (forclusão). É conveniente

*a história recobridora aparece
como forma de evitar
o reconhecimento da perda*

sublinhar que tais fenômenos têm sido especialmente acompanhados por psicanalistas interessados no tema da transmissão psíquica entre gerações.

Quando a história recobridora é associada à dificuldade de simbolização da ausência, surge o assunto do luto. Em outras palavras, a história recobridora aparece como forma de evitar o reconhecimento da perda e, em consequência disso, busca evitar o trabalho de luto.

A história recobridora, ao deixar em suspenso o sentido e o julgamento, dificulta a ligação e não faz contato com a perda, perda esta sentida como o lançamento do sujeito em direção ao nada. Cria-se uma história recobridora ali onde deveria se instalar o trabalho de luto; tenta-se evitar a dor, entendida freudianamente como o fracasso do aparelho psíquico em fazer a passagem da energia livre às representações psíquicas.

Se a história recobridora surge para evitar o trabalho que é convocado pela necessidade de ligação psíquica de impressões, especialmente das traumatizantes, cabe ressaltar, ainda, a dimensão intersubjetiva acentuada por Penot²⁰. Este autor afirma que a recusa, em princípio, nunca é do sujeito. Para dar conta daquilo que fica interdito pelo outro (o pensar em consequências), cria-se uma história que, ao cobrir completamente (recobrir) o que poderia vir a ser inscrito como falta.

Impedir o reconhecimento da perda é inviabilizar o trabalho de luto, é instituir uma confusão entre falta, vazio e nada, é manter uma posição imutável. Não reconhecer a perda do objeto é, talvez, o modo mais eficaz de manter maciçamente a presença deste.

7 Lembremos que faz parte das funções do eu assegurar uma percepção relativamente estável e constante de si mesmo, diante do mundo exterior.

8 B. Penot, *Figuras da recusa: alguém do negativo*.

9 L.C. Figueiredo, "Verleugnung. A desautorização do processo perceptivo".

10 Penot, *op. cit.*

11 Figueiredo, *op. cit.*

12 Penot, *op. cit.*, p. 20.

13 Figueiredo, *op. cit.*, p. 59.

14 Figueiredo, *op. cit.*

15 Penot, *op. cit.*, p. 34.

16 Gostaria de ressaltar aqui, em contraposição à recusa, o caráter do recalque como operação no sentido de um trabalho de simbolização.

17 Penot, *op. cit.*

18 Figueiredo, *op. cit.*, p. 70.

19 S. Freud, "O estranho".

20 Penot, *A paixão do sujeito freudiano: entre a pulsionalidade e a significância*.



parte do trabalho testemunhal do analista consiste na identificação daquilo que insiste, do que não se pode dizer

A recusa, ou seja, a desautorização da percepção acerca do que foi vivido, mantém cindidos aspectos que precisariam enfrentar a contradição, o conflito e, até mesmo, o paradoxo, fundamentais na narrativa, imprescindíveis quando se trata da história.

Hassoun²¹ fala da melancolia como uma maneira específica de relação com o luto, com a perda e com a morte; no caso, as pulsões parciais e a pulsão de morte estão desintricadas. Penso em considerar a história recobridora como um tipo de narrativa em que palavras-coisas ocupam o espaço onde deveria se instalar a inscrição de uma perda. Evita-se o contato com a perda, como na cripta²²; desse modo, a história recobridora protege da melancolia.

Com o intuito de dar conta do traumático, as histórias recobridoras, caracterizadas por impedir o esquecimento, entendido aqui como o bom esquecimento freudiano da elaboração, oferecem uma garantia de saber e uma infalibilidade da verdade, o que impede o sujeito de realizar o constante e necessário trabalho de implicação com o vivido. Em outras palavras, diante do horror produzido pelo contato com o nada, a tentativa de aplacar uma angústia avassaladora se faz pela via da construção de uma história recobridora. Trata-se de uma história “tapa-buraco” para impedir o desmoronamento das bordas de um imenso buraco, que tende a tragar tudo o que o circunda. Porém, ao tentar impedir essa avalanche, a história preenche o buraco de maneira a tamponá-lo, inviabilizando a possibilidade de um trabalho de luto que instalaria a falta. O ato de recobrir, que significa cobrir completamente, implica cobrir também o contato com o sentir,

com as marcas, com os indícios, imprescindíveis à vida e à elaboração.

No encontro com a história recobridora, o analista está convocado à tarefa de pensar o impensável por meio de um cuidadoso e delicado trabalho de ligação ali onde a cisão, a clivagem, foi buscada como tentativa de solução. Como abrir espaço para a difícil tarefa de pensar o abolido, de criar condições para que dois sistemas de referência que convivem como irredutivelmente estranhos possam ser questionados?

A função do analista passa, então, pela capacidade de dar testemunho dessa perda, ao apontar o que se encontra como incompatível para o sujeito. Trata-se de um testemunho com a finalidade de permitir ao analisando a construção de um testemunho de si. Parte do trabalho testemunhal do analista consiste na identificação daquilo que insiste, do que não se pode dizer, do que aparece na atuação; isso significa que o trabalho não se restringe ao que está presente no sentido da narrativa. Entendo que há uma escuta que testemunha, ou seja, uma escuta que também se faz “pelas bordas”, ao retirar o foco de atenção de uma narrativa já constituída e considerar os indícios, os vestígios daquilo que não circula de maneira articulada, mas se faz presente como resto de natureza não simbolizável decorrente de uma experiência traumática.

Adianto que a metabolização do vivido estará diretamente ligada à possibilidade de dar testemunho. Passemos a ela.

A história recobridora e o impedimento do testemunho de si

A história recobridora começa a ser pensada em virtude de um confronto com a seguinte condição: o sujeito não pode realizar o testemunho de si. Considerando esse “estar diante do infável”, aponto para uma forma de “fragilidade extrema ao sentimento da própria existência”, que confere, pelo menos aparentemente, inteligibilidade, mas de uma maneira bastante particular. Trata-se da

história recobridora, que se caracteriza pelo fato de os elementos ali presentes constituírem uma história congelada em sua significação, uma história que, ao preencher o vazio, estabelece uma significação imóvel que não permite ao sujeito reposicionamentos, ressignificações, reelabora- ções, tão necessárias à continuidade da vida.

O sujeito permanece atrelado a um passado que não termina de ser vivido no presente. Assim, embora encontrar palavras para dizer do vivido seja extremamente importante, isso pode não dar conta, não ser suficiente para mudar a relação do sujeito com seu passado/presente quando tal atitude não é acompanhada da possibilidade de esse sujeito posicionar-se ou reposicionar- se, tomando para si a responsabilidade de atribuição de sentido à existência.

Entendo que nem a história individual nem a transmissão psíquica entre gerações, isoladamente, podem dar conta de uma construção subjetiva, pois uma história singular só pode ser construída por meio de outras, dentro de um espaço social e de uma temporalidade. Os pais transmitem um passado, mas transmitem também resquícios dos quais nem se dão conta. São as primeiras identificações com aqueles dos quais a criança depende de forma vital que permitem a humanização, contudo, ao mesmo tempo, são elas também que, atualizadas na transferência, se tornam fonte de repetição. Isto porque elas contêm um valor de pertencimento, do qual não se abre mão e que não pode ser dissociado do contexto sócio-histórico.

Ao tomarmos a atualização tanto em sua via de repetição quanto de aposta de surgimento do inédito, como analistas passamos a uma clínica que faz uso da oportunidade de encontro/

»»

*para haver o emergir do novo
por meio da repetição, é necessário,
em primeiro lugar, que se faça
contato com o catastrófico*

[D. Destombes]

reencontro das “relações problemáticas e das identificações múltiplas e heterogêneas que cons- tituem a identidade subjetiva”²³. Por meio do tra- balho na relação transferencial com tais pontos nodais, passamos a considerar também a angús- tia suscitada, quando se dá, no processo analítico, uma aproximação dos afetos envolvidos, o que implica mudanças tão profundas quanto arcai- cas. Tal reflexão desemboca no questionamento acerca da apropriação da herança familiar e social em sentido mais amplo.

Em um interessante texto, intitulado *Vos- sos corpos incham a terra como o corpo dos mons- tros incha o mar*²⁴, Daniel Destombes²⁵ discute, incluindo na abordagem sua experiência pessoal, de que modo a memória transgeracional das guerras (no caso, da Primeira Guerra Mundial) pode ser elaborada por meio de um trabalho de pesquisa e de escrita. Destaca que um processo de simbolização não se faz sem o enfrentamento das resistências e dos conflitos interiores, ou seja, não se faz sem o contato com emoções bastante perturbadoras.

Destombes²⁶ sublinha que, para haver o emergir do novo por meio da repetição, é neces- sário, em primeiro lugar, que se faça contato com o catastrófico. De acordo com o autor, somente desse modo se estabelece uma tensão dialética entre as forças de destruição e de renascimento. Entendo que esse contato pode ser realizado pela via da escuta testemunhal, que, pelas bordas, isto é, situada entre o dito e o não dito, permite uma brecha para a entrada do que foi silenciado e/ou recusado, ou, como propõe Destombes, por uma escuta da palavra, de forma a ouvir dela um grito silencioso que não pode ser proferido.

21 J. Hassoun, *A crueldade melancólica*.

22 Para definição de cripta, vide N. Abraham e M. Torok, *A casca e o núcleo*.

23 A. Levallois, “Témoignage et histoire: une approche de la singularité contemporaine”, p. 170.

24 *Vos corps gonflent la terre comme le corps des monstres gonfle la mer*.

25 D. Destombes, “Vos corps gonflent la terre comme le corps des monstres gonfle la mer”.

26 Destombes, *op. cit.*



*estamos falando de um luto
não elaborado, de um tamponamento
que impede justamente
o processo de luto*

O autor sugere uma diferenciação entre o portar a guerra e o portar a marca, colocando o acento da elaboração no segundo fazer. Entendo que essa diferença assenta-se na capacidade de simbolização. Quando se representa a marca como guerra, a marca da guerra, cria-se outro vínculo entre a presença e a ausência, entre o lembrar e o esquecer. Contudo, se tal não ocorre, “paradoxalmente, aquilo que desaparece se torna onipresente”²⁷. Então uma marca indelével, porém inacessível à possibilidade de representação, permanece como algo que não se apaga e, ao mesmo tempo, não cessa de retornar; é isso que nos aponta Destombes, retomando o conceito de real na obra de Lacan.

Indaga Destombes: “Como barrar a mostra incessante?”. Para responder à questão, começa a fazer distinções. Diferencia a natureza dos esquecimentos: em um caso, a história é reconhecida e assumida; em outro, com efeitos subjetivos bastante distintos, a história é consequência de um processo de recusa. Recorrendo a Ricoeur, acrescenta que o primeiro é um esquecimento que põe em reserva uma memória apaziguada e deixa dormir as lembranças, ao passo que o segundo, fruto da recusa, tende ao apagamento dos traços necessários ao processo de elaboração.

Em termos da história recobridora, estamos falando de um luto não elaborado, de um tamponamento que impede justamente o processo de luto, assim como o faz a cripta. Tanto a cripta quanto a história recobridora colocam-se como formas de o sujeito não fazer contato com a perda, mas, paradoxalmente, de torná-la presente. Na história recobridora, contudo, podemos ter a impressão de que a narrativa é aparentemente capaz de simbolizar o que foi vivido.

No caso estudado por Destombes²⁸, o silêncio dos mortos da Primeira Guerra, silêncio que pesa sobre as famílias, obriga, ao mesmo tempo, a um falar e um não falar sobre o assunto. Assim, compreendo como parte do trabalho do analista a criação de condições para a construção de uma via de acesso para que o analisando dê um testemunho de si. Nesse sentido, não se pode escapar do encontro com a origem e a herança; é preciso encontrar na língua um lugar para aquilo que, não tendo achado lugar anteriormente, segue errante entre as gerações.

Se a genealogia do silêncio de morte de que trata o autor é a recusa, o trabalho de luto dos sobreviventes passa necessariamente pela articulação entre duas partes: uma que se identifica com os mortos e outra que tenta desprender-se deles. Esse desprendimento é efetuado pela ação das palavras, que pode extrair algo do real compacto do silêncio, instituindo, assim, uma lacuna. É essa lacuna que também inexiste na história recobridora, pois em seu lugar coloca-se outro compacto, o compacto de uma história que perpetua um silenciar do sujeito. Tanto por meio do compacto do real quanto por meio do compacto da história recobridora, ao tentar fazer contato com o recusado, estabelece-se “uma pane de inscrição e uma pane de arquivamento”.

Destombes²⁹ termina o texto escrevendo sobre os efeitos também nele decorrentes da tentativa de se aproximar da questão e de abordá-la, depois de uma série de atos falhos em ocasiões nas quais falou e tentou escrever sobre o tema.

A escuta testemunhal no trabalho com as histórias recobridoras

Procurarei agora acrescentar à discussão acerca das histórias recobridoras outro elemento, que me parece relevante para pensar o trabalho na clínica.

A análise é um processo de testemunho de si, que faz a passagem entre o que foi vivido e o que virá-a-ser experiência, ou seja, é um processo de apropriação. Nessa perspectiva, o analista tem



*é pela via do testemunho
do analista que o analisando
pode criar condições para a
construção de uma narrativa*

como uma de suas funções ser testemunha do testemunho que o analisando dá de si mesmo. Levallois³⁰ afirma que há também uma responsabilidade daquele que ouve o testemunho. Entendo essa responsabilidade como a do analista, que não pode furtar-se à escuta, inclusive daquilo que diz respeito ao real da identificação.

Mas por que enfatizar então aquilo que chamo de escuta testemunhal, já que a escuta é algo tão essencial e corriqueiro em qualquer processo analítico?

Essa escolha visa enfatizar um aspecto da escuta que pode estar presente majoritariamente nas análises, entretanto, muitas vezes torna-se essencial para a possibilidade de elaboração do traumático e de reposicionamento do sujeito. No atendimento de algumas pessoas, é primeiramente o testemunho do analista de algo que foi por elas vivido, mas que permanece em uma “zona de limbo”, que criará condições para que se construa, em análise, um testemunho de si.

Assim, qualificar essa escuta de testemunhal é dar destaque a um aspecto específico da escuta, articulando-o ao âmbito de elaboração do trauma. Na abordagem do traumático, torna-se imprescindível tanto o reconhecimento da realidade de algo vivido quanto a nomeação desse algo, para que seja possível alguma elaboração. Destaco, aqui, que é o testemunho dado primeiramente pela escuta e, depois, pela intervenção do analista que pode contribuir para a construção de um testemunho de si por parte do analisando.

Ao colocar-se na função de testemunha do testemunho, o analista utiliza como baliza para o trabalho analítico o estabelecimento de uma falta ali onde estava ou o nada ou o recobrimento do vazio, numa articulação entre as dimensões do pulsional e da significância. Essa articulação permite “deixar dormir as lembranças” e, assim,

apaziguar a memória, estabelecendo uma nova tensão entre memória e esquecimento.

A escuta testemunhal é, então, uma escuta que buscaria convocar um trabalho de elaboração, primeiramente, por meio da restituição de um sentido abolido pela suspensão do julgamento (recusa). Tal operação permite a simbolização do excesso traumático fraturante do aparelho psíquico. É, portanto, pela via do testemunho do analista, que reconhece com sua escuta algo vivido, mas não experienciado, que o analisando pode vir a criar condições para a construção de uma narrativa, ou para a mudança de posição do sujeito na narrativa, de maneira a articular os elementos que, embora estivessem presentes, ficavam restritos ao campo do traumático.

Alguns elementos são imprescindíveis para fazer frente aos efeitos do traumático em toda a sua violência: o reconhecimento e a produção de sentido do que foi vivido. Convém notar que isso passa pela linguagem, ainda que seja pela nomeação do impossível de dizer.

Para encerrar, gostaria de acentuar um aspecto já mencionado no texto, no sentido de ratificar o valor da escuta testemunhal. Recorro assim a Levallois³¹, que chama a atenção dos analistas para o fato de considerarem em seu trabalho a História e seus entrelaces com a história do sujeito. Para além de uma história familiar, que julgo importante levar em conta, convém fazer referência a uma história coletiva, responsável por questionar uma vivência de exceção, por colocar o sujeito como mais um entre outros, em sua condição humana, e, ao mesmo tempo, como responsável pela construção da sua história. Eis uma diferenciação extremamente necessária e terapêutica entre a exceção e a singularidade.

27 “Paradoxalement, ceux qui ont disparu deviennent omniprésents.”
Destombes, *op. cit.*, p. 33.

28 Destombes, *op. cit.*

29 Destombes, *op. cit.*

30 Levallois, *op. cit.*

31 Levallois, *op. cit.*

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Destombes D. (2002). "Vos corps gonflent la terre comme le corps des monstres gonfle la mer". In: Chemla P. (directeur). *Actualité du Trauma*. Ramonville Saint-Agne: Éditions érès.
- Figueiredo L.C. (2008). Verleugnung. A desautorização do processo perceptivo. In: Figueiredo L.C. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1996). O estranho. In: *Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gueller A.S. de. (2001). *Sobre a (a)temporalidade: os paradoxos do tempo no pensamento freudiano e sua incidência nos processos de constituição psíquica*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. (2005). *Vestígios do tempo – Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Hassoun J. (2002). *A crueldade melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Levallois A. (2007). Témoignage et histoire: une approche de la singularité contemporaine. In: Levallois A. *Une psychanalyste dans l'histoire*. Paris: Campagne Première.
- Meiches M.P. (2000). *A travessia do trágico em análise*. São Paulo: Casa do Psicólogo/Fapesp.
- Penot B. (1992). *Figuras da recusa: aquém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (2005). *A paixão do sujeito freudiano: entre a pulsionalidade e a significância*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Covering stories: when what is lived does not turn into experience

Abstract This article is dedicated to the study of some sayings that can block the movement of forgetting, which in turn is a fundamental moment of what we call "working-through". These are stories that become repetitive and overbearing to their subject. Their rigidity impedes the transition of the experienced fact to memory and hampers its acquisition as such.

Keywords psychoanalytical clinic; overlaying stories; refusal; mourning; gathered testimony; experience.

Texto recebido: 10/2014

Aprovado: 11/2014